

Docentes da UPE cruzam os braços no dia 18 de março e marcham da Pracinha do Diário de Pernambuco, com o conjunto dos servidores do Estado, até o Palácio do Campo das Princesas, exigindo abertura de Negociação.

Durante o primeiro ano do governo Raquel Lyra, em 2023, a massa de servidores públicos do poder executivo do estado de Pernambuco não teve nenhum reajuste salarial.

Em 2024 os servidores conquistaram um reajuste salarial, escalonado para três anos (2024, 2025 e 2026), no valor de cerca de 20%, valor esse baseado em estimativas de inflação.

O crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado de Pernambuco entre 2024 e 2025 foi de 7,69%. É esse percentual que o Fórum dos Servidores Estaduais (FSE) está reivindicando como ganho real para o ano de 2026. O FSE também reivindica reajuste do Vale Refeição (congelado há três anos) de R\$ 334,40 para R\$ 660,00.

Além de não reajustar os salários e o vale refeição, o governo resiste em realizar reestruturação dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores do estado de Pernambuco.

Acontece que o PCCV dos docentes da Universidade de Pernambuco, estruturado em de 2007, portanto há 19 anos, está desatualizado e apresenta distorções que dificultam o desenvolvimento da UPE e prejudicam a carreira dos docentes.

Para se ter uma ideia das distorções do PCCV, dos 1.380 docentes apenas 12 são professores titulares (1,1%). Uma Universidade do porte da UPE precisa ter a possibilidade de seus professores alcançarem a posição de professor titular na sua carreira. Hoje só é possível com concurso público, diferente da universidade brasileiro, onde o professor titular alcança esse nível por progressão interna. De passagem, o último concurso público para professor titular na UPE ocorreu em 2001. Há 26 anos!

Por outro lado, os professores doutores hoje representam mais de 60% dos professores. São 800 docentes doutores que não conseguem progredir. Estão estagnados como professores Adjuntos. Se falta professor titular, temos excesso de professor adjunto.

O Sindicato dos Docentes da UPE reivindica então, a criação de uma nova classe de professores, o Professor Titular de Carreira, por progressão interna, assim como fazem as universidades federais do Brasil e do exterior. Reivindica, também, a mudança nos critérios para a progressão dos professores Adjuntos.

A Adupe negociou com a Secretaria de Administração (SAD), ainda no final do ano de 2024, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar mecanismos de progressão interna para corrigir as distorções na carreira docente. O GT, composto por representantes da Reitoria, do Sindicato (Adupe) e da própria Secretaria de Administração, trabalhou por oito meses e produziu minutas de Lei e de Decretos Governamentais capazes de amenizar as distorções do PCCV. Moral da história: em Reunião da Mesa de Negociação entre a Adupe e a Secretaria de

Administração, com a presença dos representantes da reitoria, ocorrida em outubro de 2025, o Governo disse: Não! Isso significou quebrar um acordo e desconsiderar o trabalho do GT, composto, inclusive, pela própria SAD.

O impacto financeiro para as mudanças propostas pelo Grupo de Trabalho é próximo de 5%. Esse impacto é menor que os recursos captados pelos docentes da UPE, apenas considerando os projetos de inovação sob suas coordenações.

Sem os ajustes para tornar a carreira docente na UPE justa e competitiva com outras universidades, a nossa UPE convive com a limitação de seus docentes em participar de atividades, que poderiam retornar em mais recursos. Apenas no ano de 2024, 19 docentes pediram exoneração da UPE e foram trabalhar em outras universidades, o que costumamos chamar de fuga de cérebros.

Pela Restruturação do PCCV

Pela Criação do Professor Titular de Carreira

Pela revisão dos critérios para a progressão de professor Adjunto para Professor Associado

Pela correção da distorção salarial dos professores titulares

Recife, março de 2026